

SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO: CONCEITOS E POLÍTICAS EMERGENTES

ROTEIRO DE ESTUDO

João Miguel Simão

outubro 2017

ESTE DOCUMENTO PRETENDE SER UM INSTRUMENTO ENQUADRADOR DOS CONTÚDOS LECIONADOS. NÃO SUBSTITUI A LEITURA E O ESTUDO DOS RECURSOS DISPONIBILIZADOS NA PLATAFORMA.

Introdução

Este módulo pretende cultivar uma abordagem crítica e reflexiva ao desenvolvimento sustentável. Enquanto na Unidade Curricular ‘Políticas para a Sustentabilidade’, oferecida no Mestrado em Cidadania Ambiental e Participação, são explorados os conceitos e as políticas que saíram dos principais documentos internacionais, regionais, nacionais e locais, aqui privilegiar-se-á os múltiplos olhares sobre estas matérias. Na plataforma, encostados à margem esquerda, estarão disponibilizados os recursos (artigos e vídeos) de leitura e visão obrigatórios. Encostados à margem direita estarão os recursos de leitura facultativa, que consistem essencialmente em alguns documentos base de políticas públicas e internacionais, como alguns artigos ou capítulos de livros que referencio recorrentemente.

O módulo está organizado em 4 partes teóricas. A primeira incide sobre o conceito, os principais acontecimentos históricos e os recentes objetivos para o DS. A segunda parte é dedicada aos desafios que o DS nos coloca enquanto indivíduos e sociedade. Na parte 3 discutimos a importância da ideologia na interpretação do DS. A última parte foca o debate sobre o DS em três regiões: África, América do Sul e Europa.

Ao longo do módulo, com especial incidência no final da última semana, espera-se que elaborem um texto individual de comentário à conferência de Vandana Shiva, onde deve ser integrado o conhecimento adquirido. No ponto 6 deste documento pode ver o que se pretende em concreto da avaliação. Finalmente, no ponto 7 apresento uma sugestão para uso do tempo pelos recursos disponibilizados.

1- Uma perspetiva histórica

As preocupações com a sustentabilidade emergiram nos séculos XVIII e XIX, com autores como Malthus e Jevons, que dedicaram atenção à escassez de recursos em face do aumento populacional (Baker, 2006). Mas foi já na segunda metade do século XX que a questão ganhou uma dimensão acrescida, justificada pelos impactos ambientais provocados pelo modo de desenvolvimento industrial. Desde o pós II Guerra Mundial que o modelo económico seguido pelos principais países ocidentais assenta no sistema agrícola capitalista, na industrialização em larga escala e na massificação da produção e consumo (Miller & Twining-Ward, 2005). Em consequência assistiu-se a um período de prosperidade económica assinalável nos países do

hemisfério Norte¹, acompanhado por impactos ambientais, sociais e culturais até então nunca vistos, e ao alargamento do fosso de desenvolvimento relativamente aos países do Sul, incapazes de acompanhar o ritmo de crescimento (Maddison, 2003)². O ponto de partida para o desenvolvimento sustentável consistiu na necessidade de integrar as questões ambientais na política económica (Dresner, 2002). Nas décadas de 60 e 70, a política internacional do ambiente iniciou passos em defesa de um modelo de desenvolvimento diferente, tendo-se, nas últimas quatro décadas, efetuado um longo percurso com avanços e recuos em torno das preocupações e políticas ambientais. Segundo Soromenho-Marques (2003), distinguem-se quatro ciclos distintos que, grosso modo, coincidem com os identificados por Quental et al. (2011).

O primeiro, ‘a **génese**’, ocorreu entre 1962 e 1973, e caracterizou-se por ter sido um ciclo expansivo. Surgiram as primeiras obras a alertar para os efeitos da economia no ambiente, como foram o caso de *Silent Spring* (1962) de Rachel Carson, habitualmente referida como sendo o despertar da consciência ambiental, mas também *The Tragedy of the Commons* (1968) de Hardin, *Limits to Growth* (1972) de Meadows, ou *Small is Beautiful* (1973) de Schumacher. Foram lançadas as primeiras infra-estruturas das políticas nacionais de ambiente. Destacam-se as leis-quadro ambientais no Japão (1967), E.U.A. e Suécia (1969) e os primeiros organismos públicos nos E.U.A. (*Environmental Protection Agency*, 1970) e Japão (1971). Portugal cria, em 1971, no âmbito do Conselho de Ministros, a Comissão Nacional do Ambiente. No fecho deste ciclo, realiza-se em Estocolmo, em 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, a primeira reunião à escala planetária e precursora de outras duas. A sua realização prendeu-se com a necessidade de resolver / debater os problemas ambientais que ocorreram após o grande desenvolvimento económico do pós II Guerra Mundial. Segundo Vieira (2003), esta conferência não trouxe acordos concretos, tendo como principal virtude a “explosão” de legislação ambiental e convénios internacionais nas áreas da conservação da natureza e controlo da poluição.

O segundo ciclo, designado por ‘o **recuo**’, vai de 1973 a 1983. É um período dominado pela crise do petróleo e consequente instabilidade económica. A preocupação com o ambiente dá lugar na agenda internacional ao combate ao desemprego, à recessão económica e às crises

¹ Durante a segunda metade do séc. XX o PIB aumentou 6 vezes e a exportação de mercadorias multiplicou-se por 17 (Soromenho-Marques, 2005).

² A diferença de rendimentos entre o país mais pobre e o mais rico duplicou durante o mesmo período (Maddison, 2003)

energéticas. No entanto, Soromenho-Marques considera não ter sido um ciclo completamente negativo. Surge pela primeira vez, em 1980, o conceito de desenvolvimento sustentável, elaborado pela IUCN e focado apenas na sustentabilidade ecológica (Baker, 2006). Em 1982 é assinada a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Em 1983, pela primeira vez, um partido ecologista (“Os Verdes”, na então República Federal Alemã) consegue representação parlamentar. Quental et al. (2011) designam o período até 1986 como o da estagnação.

‘O ciclo virtuoso’ ocorre entre 1983 e 1997 e é caracterizado por uma crescente internacionalização do discurso ambiental, com repercussões na legislação e na criação de ministérios do ambiente em todos os países desenvolvidos. Em 1983, as Nações Unidas criaram a Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento e quatro anos mais tarde seria publicado o relatório “O Nosso Futuro Comum” – disponível na plataforma -, o qual ficaria conhecido por Relatório Brundtland, que constitui um marco fundamental, já que:

- i) Define abstrata e normativamente ‘Desenvolvimento Sustentável’ tornando-se, com o passar dos anos, na mais popular das definições, utilizada por governos, empresas e outras organizações (Gladwin et al., 1995).

Desenvolvimento Sustentável é o desenvolvimento que dá resposta às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de poderem satisfazer as suas (WCSD, 1987:54)

- ii) Aponta necessidades a serem colmatadas para alcançar um desenvolvimento sustentável, onde se destacam:
 - a adoção de um modelo de desenvolvimento económico, sem a degradação e a exaustão dos recursos naturais;
 - a equidade na distribuição de recursos.

A camada de ozono é preocupação da Convenção de Viena (1985) e do Protocolo de Montreal (1987), e o movimento transfronteiriço de resíduos perigosos é disciplinado pela Convenção de Basileia (1989). Em Portugal é criada a Lei Quadro do Ambiente, em 1987. Ainda no seguimento do Relatório Brundtland, realiza-se no Rio de Janeiro, em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, com o objetivo de “elaborar estratégias e medidas tendentes a acabar e inverter os efeitos da degradação do ambiente, no contexto de um aumento dos esforços nacionais e internacionais, tendo em vista promover um

desenvolvimento sustentável e ecologicamente racional em todos os países”³. A Conferência, bastante mediatizada, produziu 5 documentos importantes: Convenção sobre as Alterações Climáticas, Convenção sobre a Diversidade Biológica, Declaração do Rio sobre o Ambiente e Desenvolvimento, Declaração de Princípios sobre as Florestas e Agenda 21 (disponível na plataforma). Finalmente, para completar este período, assinou-se em 1997 o Protocolo de Quioto, no qual os países signatários concordavam em reduzir a emissão de gases com efeito de estufa. Quental et al. (2011) consideram que no período compreendido entre 1987-1995 se realizaram esforços significativos por parte da comunidade internacional para a promoção do desenvolvimento sustentável.

O quarto ciclo (1997-2006), designado como ‘o impasse’, caracteriza-se pelo “demissionismo crescente na política norte-americana de ambiente” (Soromenho-Marques, 2003), refletida, por exemplo, no não cumprimento do Protocolo de Quioto e no bloqueio à quantificação de diversos objetivos a atingir na WSSD (Dresner, 2002). As Nações Unidas reconhecem que o progresso feito ao nível do discurso político não teve efetivação no terreno (Miller & Twining-Ward, 2005), e em 2000 são assinados, pela totalidade dos países nela representados, os Objetivos do Milénio a serem cumpridos até 2015, onde a ênfase é colocada no combate à pobreza e no desenvolvimento humano. Em 2002 realiza-se a Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, também referida por Cimeira da Terra de Joanesburgo, de onde sai uma Declaração Política e um Plano de Ação, que inclui capítulos sobre a pobreza, água e saneamento, energia, saúde, educação, biodiversidade, recursos naturais, alterações climáticas, globalização, comércio internacional e ajuda ao desenvolvimento. No entanto, os documentos não são vinculativos e não incluem qualquer tipo de monitorização ou sanção, o que deixa como sensação dominante que se poderia (deveria) ter ido mais longe (Dresner, 2002; Vieira, 2003). Quental et al. (2011) referem que o período que se iniciou em 1996 é marcado pelo declínio das políticas de desenvolvimento sustentável, que se pode ficar a dever a receios e o centrar de atenções no terrorismo e na globalização económica.

Parece que nos últimos anos, desde 2007, se abriu um ciclo caracterizado pela sensibilização internacional em torno da necessidade de agir mas, simultaneamente, pela inação. Soromenho-Marques designa-o por um período de (ainda) confusão. Diversos relatórios de organismos independentes mostram de forma inequívoca a ação humana sobre o ambiente (IPCC, 2007a), e outros referem que os custos de não fazer nada são superiores aos de agir (Stern, 2006). Alguns desastres naturais tornam-se mais frequentes e tenta-se perceber a sua

³ Resolução das Nações Unidas n.º 44/228, de 1989, in Vieira (2003).

ligação às alterações climáticas. Os media contribuem gradualmente para a sensibilização, dedicando crescente atenção ao fenómeno, enquanto que diversas obras de divulgação se tornam sucessos editoriais. Em 2007 o prémio Nobel da paz foi entregue a Al Gore e ao Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC) "*for their efforts to build up and disseminate greater knowledge about man-made climate change, and to lay the foundations for the measures that are needed to counteract such change*"⁴. Já em 2004, Wangari Maathai, fundadora do Green Belt Movement, tinha sido laureada por defender a ligação entre desenvolvimento sustentável, democracia e paz. A Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, ocorrida em Bali, teve como aspeto positivo voltar a trazer os EUA para o processo negocial, embora tenha ficado aquém das expectativas no que toca a metas a atingir. Por outro lado, a Conferência RIO+20 em junho de 2012 resultou num fracasso político, sendo que a crise financeira e das dívidas soberanas iniciada em 2008 contribuiu para centrar as atenções neste tema

Estes aspetos podem ser sucintamente explorados na cronologia sobre os principais acontecimentos relacionados com o desenvolvimento sustentável do iisd, colocado como recurso na plataforma.

2- O conceito de desenvolvimento sustentável

Para Baker (2006), vários fatores contribuíram para elevar a definição de DS constante no Relatório Brundtland a formulação dominante na esfera internacional, no âmbito da discussão ambiental e do desenvolvimento⁵. Em primeiro lugar, a formulação proporcionou um modo de reconciliar objetivos sociais aparentemente conflitantes (como por exemplo a proteção ambiental e o crescimento económico). Depois, porque surgiu numa época em que a poluição e a deterioração ambiental estavam no topo da agenda política, sustentadas em casos bastante mediáticos como sejam o buraco de ozono sobre a Antártida, ou o desastre nuclear de Chernobyl. Finalmente, porque o relatório apoiava a melhoria dos objetivos sociais e económicos dos países em desenvolvimento. Acrescente-se, como quarta razão, o facto de ser uma formulação vaga, com que dificilmente não se estará de acordo.

⁴ www.nobelprize.org consultado em 28/2/08.

⁵ Razão por que Baker (2006) considera que o Relatório Brundtland obteve um "*authoritative status*".

O conceito de desenvolvimento sustentável é explorado pelo cap. 2 de Baker (2006), tendo como ponto de partida o enunciado pelo Relatório Brundtland e que tem vindo a assumir um *authoritative status*. Começa por fazer um muito breve historial do conceito até à sua primeira utilização pela IUCN (cujo cerne era apenas a sustentabilidade ecológica). Em 1987 o relatório efetuado pelo WCED, apresentando ligações causais entre economia, sociedade e ambiente. Ao termo 'desenvolvimento' associa as questões sócio-económicas. Ao termo 'sustentabilidade' associa os objetivos ecológicos. Chama a atenção para as 'necessidades' dos mais pobres (Baker diferencia *needs* e *wants*) e para os limites bio-físicos do planeta que poderão condicionar o crescimento económico, mesmo se este resultar de uma nova organização social e tecnológica. O conceito de desenvolvimento sustentável, tal como está no Relatório é

- antropocêntrico, uma vez que não atribui à natureza um valor intrínseco mas meramente instrumental para os seres humanos: importa preservar a natureza para as gerações futuras (esta questão será devidamente explorada no módulo de Ética);
- otimista, uma vez que coloca esperança na capacidade da humanidade coletivamente em se comprometer de forma construtiva num futuro sustentável (deposita esperanças no desenvolvimento tecnológico);
- e apresenta sugestões para o futuro, mas não determina políticas de implementação de forma detalhada.

A formulação desenvolvida pelo Relatório Brundtland tornou-se o conceito internacionalmente dominante porque:

1. Reconcilia o que parecia ser objetivos antagónicos;
2. Surgiu quando a poluição estava na agenda política e da opinião pública mundial;
3. Apoiava as pretensões dos países em desenvolvimento quanto aos seus objetivos sócio-económicos.

O quadro 2.3 (p.25) de Baker (2006) oferece uma boa perspetiva da abordagem do Relatório Brundtland ao desenvolvimento sustentável. O texto identifica ainda os princípios normativos do DS: responsabilidades comuns mas diferenciadas, equidade intra-geracional, equidade inter-geracional, justiça, participação e igualdade de género.

No seguimento do Relatório Brundtland, os organizadores do WSSD referem que o Desenvolvimento Sustentável persegue a melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas sem aumentar o uso dos recursos naturais para além da capacidade de carga do planeta. A

sua promoção pode requerer diferentes ações dependendo da região do globo em que está a ser implementado, mas os esforços têm que passar obrigatoriamente por três grandes áreas:

- Crescimento económico e equidade a longo prazo e extensível a todas as comunidades e países.
- Legar qualidade ambiental e recursos necessários às gerações futuras, através de soluções economicamente viáveis que visem a conservação de habitats, a redução da poluição e do consumo de recursos.
- Desenvolvimento social, suprimindo as necessidades das populações quanto a trabalho, alimentação, educação, cuidados de saúde, energia, água e saneamento básico. Paralelamente a diversidade cultural e social deve ser preservada, os direitos dos trabalhadores respeitados e os cidadãos devem ser chamados a assumir um papel na determinação do seu futuro.

Do exposto ressaltam algumas ideias que, não sendo as únicas, são particularmente relevantes, nomeadamente (i) a equidade intra e inter geracional (ii) o tempo, o espaço e o território; (iii) a interdisciplinaridade; (iv) a expressão de valores sociais e éticos.

Equidade intergeracional

Os problemas ambientais à escala global, como sejam as alterações climáticas, a perda de biodiversidade, a degradação do solo e da qualidade da água ou a poluição atmosférica, são consequência da atividade humana (IPCC, 2007a). Por equidade intergeracional, entende-se não reduzir a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas necessidades. O que está subjacente a esta ideia é que, embora as gerações futuras retirem vantagens do progresso económico das gerações presentes, esses ganhos podem não ser suficientes para compensar a deterioração ambiental (Beder, 2000). Há um duplo interesse na preservação do ambiente e dos ecossistemas: são indispensáveis à vida e possuem um valor económico bastante elevado (Constanza *et al.*, 1997). Quanto maior a degradação e a escassez dos recursos naturais maior o seu valor económico, o que penaliza as gerações futuras. As gerações atuais estão assim perante a ‘obrigação moral’ de preservar o ambiente e os recursos naturais, já que as gerações vindouras estão impossibilitadas de participarem nas decisões que os hão-de vir a afetar (Beder, 2000; Neumayer, 2003).

Equidade intrageracional

A equidade também pode e deve ser observada no interior de uma comunidade e entre regiões e/ou países. Considerando os últimos 50 anos, verifica-se que o fosso de riqueza entre regiões do planeta tem vindo a aumentar, apesar dos discursos políticos e da cooperação e ajuda internacional. Em algumas zonas de África a pobreza tem-se agravado, não só em termos comparativos, mas também em valor nominal (Maddison, 2003). Por outro lado, a relação entre pobreza e degradação ambiental é evidente (Baker, 2006; IPCC, 2007b; WCSD, 1987). No entanto, e embora sejam os mais referidos, nem só os rendimentos económicos são fonte de iniquidades. A discriminação racial e sexual, bem como a existência de franjas da população que têm o acesso vedado a processos de decisão, são exemplos de iniquidades intrageracionais (Beder, 2000).

Tempo e espaço

O DS obriga a refletir de forma integrada em aspetos relacionados com o tempo e o espaço - ao nível local, regional, nacional e global. Alguns dos pontos críticos aquando da implementação do desenvolvimento sustentável são a relação entre a sustentabilidade a nível global e as sustentabilidades locais⁶; a relação e a manutenção da sustentabilidade em locais distintos e o risco de exportação/importação de insustentabilidade; e a gestão de conflitos entre o curto e o longo prazo (mercado / ambiente), entre gerações atuais e futuras.

Interdisciplinaridade

Devido às dimensões ambientais, sociais e económicas presentes na sustentabilidade, a sua discussão e implementação requer conhecimento acerca da interação entre economia, sociedade, ambiente e política, pelo que é fundamental a inter-disciplinaridade (mais do que a multidisciplinaridade) entre as diversas ciências sociais e entre estas e as ciências naturais (Huckle, 2004; Miller & Twining-Ward, 2005; Spash, 1999). Como resultado prevê-se e deseja-se que surjam novos métodos e fundamentos teóricos, e que as fronteiras entre as disciplinas sejam revistas e reformuladas (Becker *et al.*, 1997; Ehrlich, 2002).

São muitas as definições de desenvolvimento sustentável que se podem encontrar na literatura, veja-se, por exemplo, Pearce *et al.* (1990) e, sobretudo, o levantamento efetuado por Pezzey (1992). O conceito possui um significado de primeiro nível, que é quase

⁶ Veja-se por exemplo os programas de conservação de espécies de tartarugas (Tisdell & Wilson, 2002).

consensual, mas para além do qual surgem acentuadas divergências. É repleto de múltiplos objetivos, interdependências complexas e de uma dose considerável de “moralidade turva”, pelo que é de esperar alguma imprecisão e controvérsia em seu redor, como também é natural na fase emergente de uma nova ideia (Gladwin et al., 1995). É também, à semelhança da liberdade, justiça social e democracia, um conceito contestável mas, pelo facto de o seu sentido ser discutido, não significa que seja sem sentido (Baker, 2006; Conelly, 2007; Dresner, 2002; Huckle, 1996).

Uma última referência relativamente à semântica do DS. Ao longo do módulo usar-se-ão os termos ‘desenvolvimento sustentável’ e ‘sustentabilidade’ alternadamente como tendo o mesmo significado, situação que se verifica quase sempre na literatura⁷. Já o termo ‘sustentado’ surge frequentemente associado a ‘crescimento sustentado’, e por essa razão será aqui evitado.

3- Governança, políticas e planeamento para o desenvolvimento sustentável

Este é um aspeto extraordinariamente vasto. Optei por:

- Apresentar algumas ideias sobre o conceito de governança e os desafios associados ao DS, de acordo com Meadowcroft (2007) (5.1), planeamento (5.2), planos de ação à escala global, regional, nacional e local (5.3), implementação (5.4) e monitorização (5.5);
- Escolher um texto que foca algumas das questões relacionadas: a cidadania ecológica, cultura e democracia, e a relação entre boa governança, bem-estar e sustentabilidade (Blewitt, 2008).

Ao longo dos próximos pontos discutiremos a relação entre governança, políticas e planeamento. As políticas e o planeamento estão assentes em documentos oficiais (internacionais, regionais, nacionais e locais).

⁷ Para uma leitura mais completa sobre o tema veja-se Lélé (2000), que faz o levantamento das diferentes interpretações de ‘desenvolvimento’, ‘sustentável’, ‘sustentabilidade’ e ‘sustentado’.

3.1- Governança

Meadowcroft (2007) introduz alguns dos problemas da governança para a sustentabilidade. Governança são práticas através das quais as sociedades são governadas, estando a boa-governança associada a um conjunto de critérios que inclui: eficiência e eficácia, leis, participação, transparência, prestação de contas, respeito pelos direitos humanos, ausência de corrupção, tolerância à diferença e equidade de gênero. Governança para o desenvolvimento sustentável refere-se ao processo de governança socio-político orientado para o desenvolvimento sustentável, o que envolve debate público, decisões políticas, elaboração e implementação de políticas e complexas interações entre autoridades públicas, setor privado e a sociedade civil (p.299). Como o autor lembra, *'Good governance within each country and at the international level is essential for sustainable development'* (WSSD, 2002:8). A governança para o DS está sobretudo associado a temas centrais da sustentabilidade, nomeadamente: (i) a identificação e a gestão de ameaças críticas; (ii) a integração da sustentabilidade nas práticas gerais de governança; (iii) a organização de reflexões e decisões coletivas com o objetivo de reconciliar prioridades sociais e orientar trajetórias de desenvolvimento (p.301).

Contudo, a governança para o DS levanta um problema que dificulta a sua execução: o poder está distribuído na sociedade por diversos atores capazes de influenciar um acontecimento ou as políticas, não havendo (em sociedades democráticas) um grupo que possua o monopólio do poder. O próprio Estado (um dos atores) encontra-se fragmentado vertical e horizontalmente. Perante esta dificuldade, Meadowcroft questiona se uma concentração do poder facilitaria a governança. Mas a resposta é negativa (p.306) considerando experiências passadas, pelo que a difusão do poder é algo com que temos que viver, e um dos aspetos positivos do desenvolvimento. Ao longo do texto o autor identifica algumas das oportunidade que advêm dessa difusão, e termina sugerindo modos mais interativos (com outros centros de poder para definir e atingir objetivos) e reflexivos (sobre a realidade social para que se redefinam práticas e se ajustem iniciativas) de governança.

A governança está associada ao planeamento. O plano de implementação do DS que saiu de Joanesburgo, por exemplo, refere a importância da governança, como mencionado por Meadowcroft (2007).

Bowen et al. (2017) é um artigo muito curto e de fácil leitura que identifica 3 desafios à governança para o DS: promover a ação coletiva criando espaços de decisão inclusivos para

que os stakeholders possam interagir através de múltiplos setores e escalas; realizar *tradeoffs* difíceis com foco na equidade e justiça; prestação de contas acerca dos compromissos assumidos pelos estados, comunidades e organizações.

3.2- O planeamento

O planeamento é uma sequência ordenada de operações e ações concebidas pelo sector público para organizar, planear e controlar o desenvolvimento de acordo com os objetivos políticos traçados (Mason, 2003; Page, 2007). Planear de forma pró-activa consiste em antecipar ou provocar a mudança, olhar em direção ao futuro, procurar soluções ótimas e prever resultados. Planear é também decidir, “(...) *is a kind of decision-making and policy-making. (...) is only one part of an overall ‘planning-decision-action’ process. (...) involving such things as bargaining and negotiation, compromise, coercion, values, choice and politics*” (Hall, 2000:7). Planeamento e política são assim termos muito relacionados. Enquanto que planear é um curso de ação, a política é a implementação de um curso de ação planeado, cuja orientação é, geralmente, criada e emanada por organizações públicas governamentais, centrais ou locais (Mason, 2003). O planeamento público ocorre em diversas formas (desenvolvimento, infraestruturas, uso de recursos, p.e.), instituições (diferentes organizações governamentais) e escalas (nacional, regional, local) (Hall, 2005; Gunn & Var, 2002), e tende a proporcionar mais benefícios económicos e a minimização dos impactos negativos.

Ao planeamento pode acrescentar-se uma dimensão estratégica através da inclusão de um horizonte temporal longo (5 a 10 anos), durante o qual os impactos e as implicações das políticas e dos planos devem ser monitorizados e avaliados (Page, 2007). Na ausência de planeamento estratégico as organizações tendem a decidir de forma *ad hoc* e reativa (Tribe, 2005). Apesar dos trabalhos de Mintzberg (1994a; 1994b; 1994c) sobre a menor importância, e até do papel nefasto, do planeamento estratégico (e não do pensamento estratégico) no domínio das empresas, parece evidente que no setor público o planeamento estratégico assume grande relevância porque (Simpson, 2001:13);

- contempla objetivos de longo prazo;
- desenvolve um *portfolio* da valores críticos dos *stakeholders*;
- usa os valores críticos para articular uma visão para o futuro;
- estabelece metas genéricos que vão contribuir para a realização da visão;
- procede a uma avaliação exaustiva da situação atual como base para traçar ações futuras;

- estabelece objetivos específicos para alcançar as metas genéricas;
- define prioridades, responsabilidades e sistemas de controlo para monitorizar a implementação efetiva.

Podemos identificar 5 fases do planeamento estratégico: definição da visão e dos valores, análise da situação, formulação da estratégia, implementação e avaliação do desempenho estratégico.

3.3-Planos de ação para o desenvolvimento sustentável

Os planos de ação a longo prazo (planos estratégicos) são documentos que definem um caminho para se alcançar um determinado fim. O fim a que aqui nos referimos é o desenvolvimento sustentável, seja qual for a sua interpretação. Os planos de ação contemplam as fases 1 a 3 do planeamento estratégico (visão, análise e formulação). Iremos abordar as principais políticas, conforme transmitidos nos planos estratégicos, desde o nível global ao local.

A sustentabilidade à escala global

Ao nível supra-nacional, as Nações Unidas apontaram a década 2005-2015 como a da consagração universal do carácter estratégico do DS. Da WSSD de Joanesburgo saiu um plano de implementação (disponibilizado na plataforma). O documento apresenta seis grandes áreas de preocupação: erradicação da pobreza (cap.II), alteração dos padrões de produção e de consumo (cap.III), proteção e gestão dos recursos naturais (cap.IV), globalização (cap.V) e saúde (cap.VI). Reconhecendo que estas matérias têm relevo e modos de resolução diferentes consoante as zonas geográficas (caps.VII-IX). Os caps. X e XI tratam do modo de implementação. A leitura deste documento não necessita de ser aprofundada, dependendo muito do conhecimento que já possui acerca da matéria (nomeadamente do conteúdo do Relatório Brundtland) e do nível de aprofundamento que pretende ter. Deve, no entanto, ler a introdução e dar uma revisão nos caps.X e XI.

Mais recente, e por isso do desconhecimento de muitos de vós, será os Objetivos do DS, ou Agenda 2030. Este documento merece uma leitura mais atenta.

A sustentabilidade à escala regional- A UE

A UE, por seu lado, aprovou em 2001 a Estratégia Comunitária para o Desenvolvimento Sustentável, revista em 2005 (disponível na plataforma). As matérias sensíveis são previsíveis: proteção ambiental (que engloba a poluição e o princípio da precaução), direitos humanos, solidariedade intra e inter-geracional, acesso à justiça e à informação, participação pública, responsabilidade social das empresas. Para atingir tais fins propõe-se o alinhamento, a coerência e a avaliação de estratégias, as decisões devem integrar as questões sociais, ambientais e económicas. Não é de surpreender que determinados aspetos essenciais ao desenvolvimento sustentável (como sejam a saúde, educação, pobreza e exclusão social ou igualdade de género) não estejam aqui identificados de forma tão evidente (surgem, porém, ao longo do texto). São matérias que, embora a UE não pretenda ver descuidadas, atingem níveis genericamente satisfatórios no espaço europeu, quando comparadas com outras zonas geográficas. Tal como no texto anterior, a leitura deste documento pode ser feita dependendo do nível de interesse e aprofundamento que quer possuir.

A sustentabilidade à escala nacional – A ENDS

A Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS) – disponível na plataforma- teve o seu início em 2002, foi relançada em 2005 e apresentada na generalidade em Junho de 2006. Após ter sido submetida a discussão pública até outubro, viria a ser concluída no final de 2006. Apresenta como desígnio mobilizador tornar Portugal num dos países mais competitivos e atrativos da União Europeia através de um desenvolvimento económico, social e ambiental, e de responsabilidade social (p.4), tendo como horizonte 2015 e afirmando para tal sete objetivos de ação:

1. Preparar Portugal para a “Sociedade do Conhecimento”;
2. Crescimento sustentado, competitividade e eficiência energética;
3. Melhor ambiente e valorização do património;
4. Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social;
5. Melhor conectividade internacional do país e valorização equilibrada do território;
6. Um papel ativo na construção europeia e na cooperação internacional;
7. Uma administração pública mais eficiente e modernizada.

Diz articular-se com as prioridades definidas em outros documentos de orientação política e estratégica, tais como a “Estratégia de Lisboa”, o PNACE, o Plano Tecnológico, o Plano Nacional de Emprego, e a Estratégia Nacional para o Mar.

A ENDS encontra-se fora de prazo (tinha como horizonte 2015) e mesmo durante o seu período de vigência nunca foi verdadeiramente um desígnio nacional, um documento orientador das políticas públicas.

A sustentabilidade ao nível local – A Agenda 21 Local

No âmbito autárquico, refira-se a importância da Agenda 21 Local, enquanto possuidora de um carácter estratégico e programático referenciador da atuação dos governos locais na promoção do DS.

De uma forma simples pode-se dizer que a Agenda 21 Local é um processo no qual as autoridades trabalham com a restante comunidade na elaboração de uma estratégia conjunta e na aplicação de projetos com vista à melhoria da qualidade de vida ao nível local (Baker, 2006). A Agenda 21 Local resulta da necessidade de aplicar, localmente, os princípios da Agenda 21, adotada na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (vulgarmente designada por Cimeira da Terra), realizada no Rio de Janeiro em 1992. Resultante do cap. 28 da Agenda 21, é um instrumento que promove a consulta à comunidade, a participação pública, enquanto forma de auscultação das suas necessidades, desejos e ambições quanto ao futuro e a consciencialização das comunidades para a implementação do desenvolvimento sustentável. “Cada poder local deverá entrar em diálogo com os seus cidadãos, organizações locais e empresas privadas e deverá adotar uma “Agenda 21 Local”. Através de processos consultivos e de estabelecimento de consensos, os poderes locais deverão aprender com os cidadãos e com as organizações locais, cívicas, comunitárias, comerciais e industriais e adquirir a informação necessária para elaborar melhores estratégias. O processo de consulta deverá aumentar a consciencialização familiar em questões de desenvolvimento sustentável.”

A Agenda 21 (A21) é um documento assinado por quase duas centenas de governos, entre os quais Portugal, e que procura unir a proteção do ambiente com o desenvolvimento económico e com a coesão social. No entanto, segundo dados referentes a 2001, Portugal era o país com menor número de processos, em curso ou em preparação, de Agenda 21 Local entre os 15 países que formavam a UE (ICLEI, 2002). Com o passar dos anos, a situação não parece muito mais favorável. Schmidt *et al.* (2005) classificam o processo como largamente incipiente e

apontam como causas a inércia e o alheamento a todos os níveis: administração central, autarquias e cidadãos.

Os planos de ação à escala global (Agenda 21, o plano de implementação que saiu de Joanesburgo), regional (Estratégia da UE, p.e.) e nacional (ENDS) encontram-se hoje mais ultrapassadas pelos ODS, que constituem os objetivos a alcançar pela comunidade internacional para 2030. Por essa razão apenas coloco a Agenda 21 como documento de leitura opcional podendo vós encontrar os outros online sem dificuldade caso os pretendam consultar.

3.4- A implementação

A fase da implementação é uma das mais críticas. Frequentemente, boas estratégias do ponto de vista teórico falham retumbantemente porque a sua implementação é deficiente, seja porque não existem meios ou porque os atores não estão verdadeiramente comprometidos/interessados. Este último motivo é infelizmente mais comum do que seria de supor, sobretudo no setor público (veja-se, por exemplo, o Plano Estratégico de Turismo da Serra da Estrela).

Embora de elaboração difícil, os indicadores de sustentabilidade, que cobrem habitualmente as grandes áreas do desenvolvimento sustentável (veja-se por exemplo o caso dos indicadores da UN), podem ter como função a descrição de uma situação, a identificação de problemas potenciais, servir como apoio à decisão, e a monitorização e avaliação de ações (Farsari, s.d.). É no âmbito desta múltipla funcionalidade, que têm surgido propostas no sentido de integrar os indicadores em processos de planeamento e gestão como forma de potenciar as suas capacidades nas fases de formulação, implementação e avaliação (Figura 1).

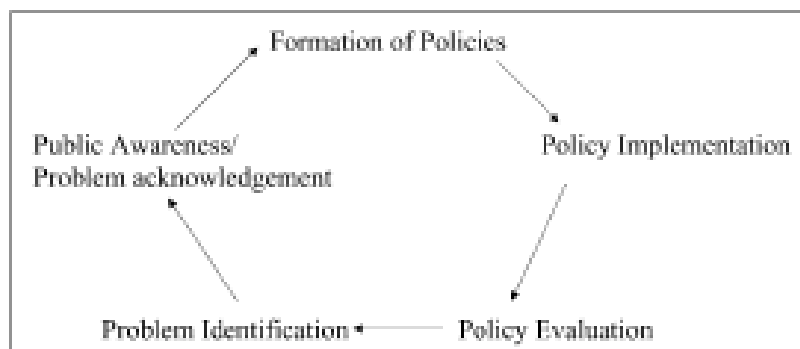


Figura 1- As funções dos indicadores. Extraído de Miller (2001:353)

Twining-Ward & Butler (2002) enfatizam a importância de (i) formular objetivos claros; (ii) ter um painel de consulta multi-disciplinar; e (iii) os indicadores fazerem parte de um processo de gestão. Propõem ainda sete etapas para a implementação (conforme figura abaixo): desenho do projeto, formulação de objetivos, desenvolvimento de indicadores, monitorização, interpretação dos resultados e elaboração de um plano de ação, implementação do plano de ação e comunicação dos resultados aos stakeholders, revisão e melhoria dos sistemas de monitorização (Figura 2).

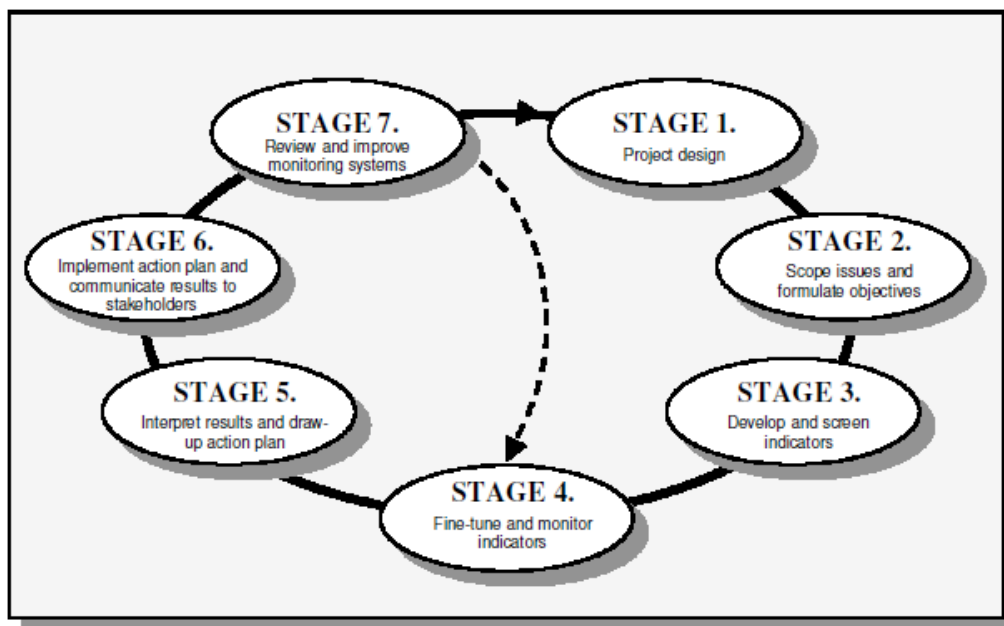


Figure 2 Research plan

3.5- A monitorização

A compreensão dos impactos sociais e ambientais tem determinado alterações às perspetivas do planeamento e, como seria de esperar, à avaliação que se faz das opções de desenvolvimento. Ao longo da última década e meia têm surgido os primeiros sistemas de avaliação do desempenho (embora não com esta designação), que consistem num conjunto variado de indicadores de sustentabilidade⁸.

⁸ Existem vários tipos de indicadores: de pressão, de estado, de resposta, de impacto, de desempenho, de eficiência, e de alerta (Schianetz *et al.*, 2007).

A UE monitoriza a implementação da sua estratégia para o desenvolvimento sustentável. Já em Portugal o acompanhamento da ENDS constitui, infelizmente, um mau exemplo do que deve ser a monitorização, não passando de um relatório de propaganda político-partidária.

A WTO alerta para a importância da existência de indicadores de monitorização mesmo perante a ausência de um plano estratégico que os enquadre, já que pode acontecer que sirvam de catalisador para o desenvolvimento de um plano formal (WTO, 2004).

Neste âmbito leia com atenção o ponto '*Ensuring accountability*' de Bowen et al. (2017:92-93).

4- A situação atual

Os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável foram aprovados pela ONU em setembro de 2015 e constituem hoje o principal documento da política internacional acerca do DS. Os estados são chamados a adotar as suas políticas públicas em torno desse documento global. Pela importância que assume na cena internacional dedicamos-lhe alguma atenção. O documento original traduzido em PT encontra-se disponível na plataforma como recurso obrigatório, o artigo de Bowen et al. (2017) incide sobre alguns dos desafios que se colocam à governança para a implementação dos ODS, e no final do módulo apresentamos os relatórios que Portugal e Brasil fizeram como Apresentação Nacional Voluntária no Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas ocorrido em julho de 2017.

O artigo de Lélé (2013) deve ser analisado com toda a atenção. Ao contrário de um outro artigo do autor muito citado (Lélé, 2000), este trabalho não é tanto um artigo académico mas mais um de opinião. Começa por fazer uma brevíssima história do conceito (p.311) e coloca-nos uma questão: “qual é a situação atual no terreno”? Se existem ao longo das últimas décadas algumas melhorias ao nível da redução da pobreza, diminuição da mortalidade infantil e do aumento da literacia, outros problemas sociais mantêm-se quase inalterados: malnutrição, saúde e desemprego. Já no campo ambiental a situação continua a deteriorar-se nomeadamente nos níveis de dióxido de carbono na atmosfera, lençóis de água, peixe nos oceanos, qualidade do ar e dramática perda de biodiversidade. O que poderá então justificar este *gap* entre a atividade política internacional e os resultados no terreno? O autor justifica-o com (i) a universalidade do conceito é uma força mas também uma fraqueza, visto que pode ser redefinido de acordo com vários interesses dominantes que podem limitar as mudanças

sociais necessárias; e (ii) não existe uma visão alternativa articulada de posições opostas à visão *mainstream*.

A partir daqui o autor identifica algumas das falácias inerentes à visão *mainstream* do DS, desenvolve abordagens sociopolíticas alternativas (nomeadamente a crítica ao capitalismo, às estruturas de poder, de colonialismo e de neocolonialismo), arrogância tecnológica e a mudança interior (o problema não estaria nas estruturas de conhecimento e de poder, mas dentro de nós mesmos, na nossa cultura e sistema de valores individuais).

Este artigo (Lélé, 2013) é essencial para este módulo porque toca nas 3 componentes essenciais aqui mencionadas: o estado atual, desafios e perspetivas ideológicas.

5- Desafios

Com base nos primeiros dois pontos (perspetiva histórica e conceito) estamos em condições de explorar alguns dos desafios que se impõem ao desenvolvimento sustentável. Escolheu-se 2 recursos que diagnosticam os problemas fundamentais, colocam desafios e perspetivam caminhos. São excelentes materiais de reflexão ou, como dizem os anglo-saxónicos, *food for thought*.

O texto de Haberl et al. (2011) faz uma retrospectiva do consumo de recursos naturais por parte da espécie humana, desde o aparecimento da humanidade até aos dias de hoje. Tendo como base os regimes socio-metabólicos, identifica 3 grandes estados: caçadores-recoletores, sociedades agrárias e sociedades industriais. Defendem uma transição para um quarto estado compatível com o desenvolvimento sustentável, porque soluções avulsas tecnológicas não serão suficientes.

Viriato Soromenho-Marques (V S-M) fez em 2012 um ciclo de 4 conferências na Culturgest sobre o tema “Alterações climáticas: a crise que não sabemos pensar”. A 4ª conferência, a que vamos assistir, é especificamente sobre o enigma do nosso futuro comum. Embora o tema das conferências seja as alterações climáticas, as questões são facilmente extensíveis ao desenvolvimento sustentável. As alterações climáticas são um dos maiores problemas ambientais contemporâneos e, por conseguinte, com implicações no nosso tipo de desenvolvimento. V S-M levanta 4 questões a que responde durante a apresentação: Seremos capazes de fazer a diferença entre a crise e o colapso?; Seremos capazes de mudar a nossa

atitude para com as más notícias?; Poderão as alterações climáticas mudar a nossa visão da habitação comum da terra?; Seremos capazes de reinventar a cidadania para as tarefas do DS?

Em ambos os recursos podemos encontrar pontos em comum: tecnologia, alterações climáticas, consumo excessivo, sobrepopulação humana, relação com o ambiente e as outras espécies animais, e a necessidade de encontrarmos soluções que permitam a nossa sobrevivência enquanto espécie em comunhão com o ambiente.

Independentemente da nossa concordância, o que interessa aqui é a promoção da reflexão e da discussão. Por isso, antes de rejeitar veementemente algumas das ideias expostas, peço que reflitam.

6- Conceções ideológicas de DS

Perante as inúmeras leituras e caminhos traçados para a sustentabilidade, o texto de Hopwood *et al.* (2005) mapeia algumas abordagens, classificando-as em três grandes grupos: status-quo, reformistas e transformadoras. É um texto que introduz algumas perspetivas que serão aprofundadas futuramente noutros módulos: sustentabilidade fraca e forte, ecologia profunda, ecofeminismo, entre outros. A conclusão dos autores é que as posições próximas da manutenção do *status-quo* (embora politicamente dominantes) são inadequadas para responder aos desafios impostos. A transformação embora desejável parece ainda não exequível, pelo que uma atitude reformista é melhor do que nada. É interessante comparar o artigo de Hopwood *et al.* (2005) com as pp.28-35 do texto de Baker (2006), que classifica as diferentes perspetivas políticas em quatro grandes grupos: controlo da poluição, sustentabilidade fraca, sustentabilidade forte e modelo ideal. Estas perspetivas ilustram a evolução de uma posição antropocêntrica até ao ecocentrismo.

O artigo de Davidson (2014) categoriza as diversas interpretações acerca do desenvolvimento sustentável privilegiando a coerência epistemológica, "(...) which might be usefully applied to unpack the ideological alignment of policy actors". Sugiro particularmente a leitura das pp. 5-9, onde se encontram os pontos 'The Political Economy of Sustainability' e 'Structure of the Typology'. Demore-se na leitura e compreensão da Tabela 1 (pp. 7-8). Da esquerda para a direita a autora apresenta 6 abordagens político-económicas distintas na compreensão do DS: neoliberalismo, liberalismo, social-democracia (macro), social-democracia (micro), radical

(macro), radical (micro); uma caracterização sumária de cada uma destas ideologias; algumas variantes ideológicas; e a sua classificação de acordo com 4 temas, limites ao crescimento, tecnologia, *substituibilidade* do capital (os *trade-offs* entre diferentes tipos de capital), relações de poder. Devem integrar esta abordagem político-económica com o mapeamento de Hopwood et al. (2005).

Os textos mostra-nos que a discussão acerca do desenvolvimento sustentável não é politicamente neutra e **é legítimo e desejável que cada um de nós tenha a sua própria visão. O que se pretende é que esta seja teoricamente bem fundamentada.**

7- Contextos geográficos

Este tópico procura ir ao encontro de eventuais expectativas de 3 contingentes de estudantes no DSSD: África (com predominância de Moçambique), América do Sul (Brasil) e Europa (Portugal). A discussão e os desafios à implementação do DS dependem muito do contexto geográfico em que ocorrem. Como resulta evidente, uma matéria como a Saúde, p.e., tem objetivos bem distintos na Europa ou em África, mesmo assumindo que dentro destes continentes as realidades locais são distintas.

Para a região África, escolhi o cap. 7 do livro de Baker (2006). Não sendo um trabalho recente, mantém a sua atualidade ao nível dos desafios nos países em desenvolvimento.

Para a região América do Sul e Europa escolhi os relatórios governamentais português e brasileiro sobre os ODS submetidos ao Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas que ocorreu em julho de 2017. Esta escolha deveu-se à sua atualidade e por serem os documentos políticos nacionais sobre DS.

E porque não se pretende apenas uma discussão acerca dos ODS e sobre o que um país quer ou faz; para a América do Sul discutir-se-á um artigo sobre o *Buen vivir* (que herda um conceito quechua) e a sua relação com o DS (Vanhulst & Beling, 2014) e, para a Europa, uma visão acerca dos estilos de vida para 2050 (Mont et al., 2014). Os artigos ambicionam que se continue a discutir o conceito sem estar obrigatoriamente enquadrado nas políticas públicas. Estas são fundamentais para a implementação do DS, mas a discussão acerca do DS pode fazer-se (e é desejável que se faça também) fora da esfera do poder público. Porque é bem

possível que seja nessas margens que têm espaço as ideias e utopias futuras, que talvez um dia venham a ser a base das políticas públicas.

8- Avaliação

A avaliação a este módulo incidirá sobre a participação em dois fóruns e na elaboração de um texto a comentar um determinado vídeo disponibilizado na plataforma durante a semana 3. No Contrato de Aprendizagem poderá encontrar o peso de cada uma destas atividades e o cronograma das mesmas.

Os 2 fóruns de debate serão um geral e outro específico para o contexto regional.

Quanto ao texto escrito, pretende-se um comentário ao vídeo de forma integrada, usando o conhecimento adquirido ao longo do tópico. A dimensão máxima do vosso texto será 1.500 palavras. Se precisarem de citar os vídeos, coloquem entre parêntesis o tempo em que ocorre essa precisa intervenção. Não se pretende um resumo do vídeo, mas sim a sua análise crítica.

CrITÉRIOS de avaliação

Textos que:

- possuam graves erros de referência bibliográfica e/ou plagiados, mesmo que apenas parcialmente: [0-5] valores. Se tiver dúvidas sobre as regras de referência ou sobre em que consiste o plágio, veja o recurso “o que é o plágio” colocado na plataforma.
- não comentem o vídeo: [0-7] valores.
- comentem o vídeo sem o relacionar com os restantes recursos colocados na plataforma, ou que o façam de modo insatisfatório: [0-9] valores.
- integrem de modo satisfatório o comentário ao vídeo com os conteúdos e os recursos do módulo: [10-20], dependendo da lógica discursiva, capacidade de análise crítica, fundamentação e integração de outros recursos. As notas [18-20] são reservadas para trabalhos de nível excecional e com algum grau de originalidade.

9- Proposta para distribuição do tempo de estudo^(*)

RECURSOS	TIPO DE ANÁLISE	TEMPO (horas)
Roteiro de estudo	Atenta	2:30
Objetivos DS + Principais marcos históricos do DS	Geral	4:00
Bowen et al. (2017)	Atenta	2:00
Lélé (2013)	Atenta	3:30
Haberl et al. (2011)	Atenta	5:00
Vídeo Viriato Soromenho-Marques	Atenta	5:30
Hopwood et al. (2005)	Atenta	5:00
Davidson (2014)	Atenta	2:00
Recursos sobre África / América do Sul / Europa	Atenta	6:00
Discussão (leitura e escrita) em fóruns	Atenta	5:00
Vídeo + reflexão + escrita do texto	Atenta	15:00
TOTAL		55:30

(*)- Proposta estimada que inclui leitura, reflexão e discussão em fórum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baker, S. (2006) *Sustainable Development*, Routledge.
- Becker, E., Jahn, T., Stiess, I. & Wehling, P. (1997), *Sustainability: A Cross-Disciplinary Concept for Social Transformations, Management of Social Transformations*, Policy Papers 6, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.
- Beder, S. (2000), *Costing the Earth: Equity, Sustainable Development and Environmental Economics*, *New Zealand Journal of Environmental Law*, 4: 227-243.
- Blewitt, J. (2008) *Understanding sustainable development*. Earthscan.
- Bowen, K. J., Cradock-Henry, N. A., Koch, F., Patterson, J., Häyhä, T., Vogt, J., & Barbi, F. (2017). Implementing the “Sustainable Development Goals”: towards addressing three key governance challenges—collective action, trade-offs, and accountability. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, 26, 90-96.
- Connelly, S. (2007) Mapping Sustainable Development as a Contested Concept, *Local Environment: The International Journal of Justice and Sustainability*, 12:3, 259-278. DOI: [10.1080/13549830601183289](https://doi.org/10.1080/13549830601183289)
- Constanza, R., d’Arge, R., de Groot, R., Farber, S., Grasso, M., Hannon, B., Limburg, K., Naeem, S., O’Neill, R.V., Paruelo, J., Raskin, R.G., Sutton, P. & van den Belt, M. (1997) The value of the world’s ecosystem services and natural capital. *Nature*, vol.387, 15 May.
- Davidson, K. (2014) A Typology to Categorize the Ideologies of Actors in the Sustainable Development Debate. *Sustainable Development* 22, 1–14.
- Dresner, S. (2002) *The principles of sustainability*, Earthscan.
- Ehrlich, P.R. (2002) *Human natures, nature conservation, and environmental ethics*, *BioScience*, 52 (1): 31-43.
- Farsari, Y. & Prastacos, P. (s.d.) *Sustainable tourism indicators: pilot estimation for the municipality of Hersonissos, Crete*.
- Gladwin, T.N., Kennelly, J.J. & Krause T. (1995) Shifting paradigms for sustainable development: implications for management theory and research. *Academy of Management Review*, 20 (4): 874-907.
- Gunn, C.A. & Var, T. (2002) *Tourism planning: basics, concepts, cases*. 4ª edição. Routledge.
- Haberl, H., Fischer-Kowalski, M., Krausmann, F., Martinez-Alier, J. & Winiwarter, V. (2011) A Socio-metabolic Transition towards Sustainability? Challenges for Another Great Transformation. *Sustainable Development*, 19: 1–14. DOI: [10.1002/sd.410](https://doi.org/10.1002/sd.410)
- Hall, C.M. (2000) *Tourism planning: policies, processes and relationships*, Prentice Hall.
- Hall, C.M. (2005) The role of government in the management of tourism: the public sector and tourism policies. In Pender, L. & Sharpley, R. (Org.) *The management of tourism*. Sage.
- Hopwood, Mellor e O'Brien (2005), *Sustainable Development: Mapping Different Perspectives*, *Sustainable Development*, 13: 38-52.

- Huckle, J. (1996) Realizing sustainability in changing times. In Huckle, J & Sterling, S.R., *Education for sustainability*. Earthscan.
- Huckle, J. (2004) Critical Realism: a philosophical framework for higher education for sustainability. In Corcoran, P.B. & Wals, A.E.J. (Org.), *Higher education and the challenges of sustainability: problematics, promise and practice*. Kluwer Academics Publishers.
- IPCC (2007a) *Climate Change 2007: Synthesis Report*, IPCC.
- IPCC (2007b) Acceptance Speech for the Nobel Peace Prize Awarded to the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), Oslo, 10 December 2007.
- Lélé, S. (2000) Sustainable Development: a critical review. In Corbridge, S. (Org.) *Development: critical concepts in social sciences*. Routledge.
- Lele, S. (2013). Rethinking sustainable development. *Current History*, 112(757), 311.
- Maddison, A. (2003) *The world economy: historical statistics*, OCDE.
- Mason, P. (2003), *Tourism Impacts, Planning and Management*, Elsevier.
- Meadowcroft, J. (2007) Who is in Charge here? Governance for Sustainable Development in a Complex World. *Journal of Environmental Policy & Planning*, 9 (3-4): 299-314, DOI: 10.1080/15239080701631544
- Miller, G. (2001) The development of indicators for sustainable tourism: results of a Delphi survey of tourism researchers. *Tourism Management*, 22: 351-362.
- Miller, G. & Twining-Ward, L. (2005), *Monitoring for a sustainable tourism transition: the challenge of developing and using indicators*, CABI Publishing.
- Mintzberg, H. (1994a) The fall and rise of strategic planning, *Harvard Business Review*, January-February, pp.107-114.
- Mintzberg, H. (1994b) Rethinking strategic planning part I: pitfalls and fallacies, *Long Range Planning*, 27 (3): 12-21.
- Mintzberg, H. (1994c) Rethinking strategic planning part II: new roles for planners, *Long Range Planning*, 27 (3): pp.22-30.
- MNE (2017) Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, por ocasião da Apresentação Nacional Voluntária no Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas. PORTUGAL.
- Mont, O., Neuvonen, A., & Lähteenoja, S. (2014). Sustainable lifestyles 2050: stakeholder visions, emerging practices and future research. *Journal of Cleaner Production*, 63, 24-32.
- Neumayer, E. (2003), *Weak Versus Strong Sustainability*, Second Edition, Edward Elgar.
- Page, S.J. (2007) *Tourism management: managing for change*, 2ª edição, Butterworth-Heinemann.
- Pearce, D., Barbier E. & Markandya A. (1990), *Sustainable development- economics and environment in the third world*, Edward Elgar Publishing, England.
- Pezzey, J. (1992) *Sustainable development concepts*, World Bank Environment paper nº2, The World Bank, Washington.

Presidência da República do Brasil (2017) Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2017. Secretaria de Governo da Presidência da República, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. – Brasília : Presidência da República, 2017.

Quental, N., Lourenço, J. & Silva, F. (2011) Sustainable Development Policy: Goals, Targets and Political Cycles. *Sustainable Development*, 19: 15–29. DOI: 10.1002/sd.416

Schianetz, K., Kavanagh, L. & Lockington, D. (2007) Concepts and tools for comprehensive sustainability assessments for tourism destinations: a comparative review. *Journal of Sustainable Tourism*, 15, (4): 369-389.

Schmidt, L., Nave, J.G. & Guerra, J. (2005) *Autarquias e Desenvolvimento Sustentável: Agenda 21 Local e Novas Estratégias Ambientais*, Fronteira do Caos, Porto.

Simpson, K. (2001) Strategic planning and community involvement, *Current Issues in Tourism*, 4 (1): 3-41.

Soromenho-Marques, V. (2003), As Idades da Política Internacional de Ambiente, *Fórum Ambiente*, Número 85, pp. 5-6.

Soromenho-Marques, V. (2005), *Metamerfoses: entre o colapso e o desenvolvimento sustentável*, Publicações Europa-América.

Spash, C.L. (1999) The development of environmental thinking in economics, *Environmental Values*, 8: pp.413-435.

Stern (2006), *Stern Review Report on the Economics of Climate Change*, HM Treasury, Disponível a 27/01/07 em http://www.hm-treasury.gov.uk/independent_reviews/stern_review_economics_climate_change/stern_review_report.cfm

Tisdell, C. & Wilson, C. (2002) Ecotourism for the survival of sea turtles and other wildlife. *Biodiversity and Conservation*, 11: 1521-1583.

Tribe, J. (2005) Strategy for tourism. In Pender, L. & Sharpley, R. (Org.) *The management of tourism*. Sage.

Twining- Ward, L. & Butler, R. (2002) Implementing STD on a Small Island: Development and Use of Sustainable Tourism Development Indicators in Samoa, *Journal of Sustainable Tourism*, 10 (5): 363-387.

Vanhulst, J., & Beling, A. E. (2014). Buen vivir: Emergent discourse within or beyond sustainable development?. *Ecological Economics*, 101, 54-63.

Vieira, P. A. (2003), *Fórum Ambiente*, Número 85

WCSD (1987), *O Nosso Futuro Comum*, Meribérica. Lisboa: Portugal.

WSSD (2002), 'Plan of Implementation of theWorld Summit on Sustainable Development', Report of the World Summit on Sustainable Development, Johannesburg, South Africa, 26 August–4 September 2002.

WTO (2004) *Indicators of sustainable development for tourism destinations: a guidebook*, WTO, Madrid.